

PROGRAMA DO CONCURSO

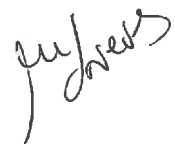
REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS PARA O CONCURSO

TRIBUNAL DE CONTAS

- Lei n.º 24/IX/2018 de 2 de fevereiro - Regula a organização, a composição, a competência, o processo e o funcionamento do Tribunal de Contas;
- Decreto-Lei n.º 13/2015 de 26 de fevereiro - Aprova o estatuto do pessoal dos serviços de Apoio do Tribunal de Contas;
- Instrução e tramitação dos processos de fiscalização prévia;
- Instrução para a prestação de contas das entidades da administração pública central e municipal a submeter ao TCCV.

DIREITO DA FUNÇÃO PÚBLICA E DAS AUTARQUIAS LOCAIS

- Lei nº 134/IV/95, de 3-7 - Estatuto dos Municípios;
- Lei nº 79/VI/2005, de 5-9 - Regime financeiro das autarquias locais;
- Lei nº 79/V/98, de 7-12 - Imposto único sobre o Património;
- Decreto-lei n.º 18/99, de 26-4 – Regulamento do imposto único sobre o Património;
- Decreto-Lei nº 84/79, de 13-10 - Aprova o novo regulamento do imposto municipal sobre veículos automóveis;
- Decreto-Lei nº 22/2000, de 22-5 - Regulamento da transferência para as Câmaras Municipais as competências para a administração dos impostos municipais;
- Lei nº 42/VII/2009, de 27 de julho - Lei de bases da função pública;
- Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro - Plano de cargos carreiras e salários dos funcionários do regime geral da administração pública;
- Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro - Constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na administração pública;
- Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de agosto- Regime jurídico do estágio probatório na administração pública;
- Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro - Pessoal dirigente da função pública;
- Decreto-Lei n.º 49/2014, de 10 de setembro - Pessoal do quadro especial;
- Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de dezembro - Mobilidade profissional e territorial dos funcionários;
- Decreto-Legislativo nº 8/97 de 8 de maio - Estatuto disciplinar dos agentes da administração pública;





Direção Geral

- Decreto-Legislativo n.º 2/2013, de 11 de novembro – Horário de trabalho na administração pública;
- Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de março - Lei de férias, faltas e licenças;
- Lei n.º 61/III/89, de 30 de dezembro – Estatuto de aposentação e da pensão de sobrevivência. Alterado pela Lei n.º 39/VIII/2013, de 17 de setembro.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

- Decreto-Legislativo n.º 2/95, de 20 de junho - Regime geral da Organização da Atividade da Administração Central;
- Decreto-legislativos n.ºs 15,16,17,18/97, de 10 de novembro;
- Decreto–Lei n.º 38/2015, de 29 de julho - Concurso de ingresso e acesso;
- Decreto-Regulamentar n.º 8/2015, de 21 de setembro - Bolsa de Competência;
- Lei n.º 39/VI/2004, de 2 de fevereiro - Lei da Modernização Administrativa.

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

- Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril - Código de Contratação Pública;
- Decreto–Lei n.º 50/2015 de 23 de setembro - Normas aplicáveis ao regime substantivo dos contratos Administrativos, sem prejuízo do disposto em lei especial;

CONTABILIDADE e FINANÇAS PÚBLICAS

- Decreto-Lei N.º 10/2006 – Plano Nacional da Contabilidade Pública;
- Classificador das receitas, das despesas, dos ativos financeiros e passivos financeiros - Decreto-Lei n.º 37/2011 de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 29/2001 de 19 de novembro que, define os princípios e as normas relativas ao regime financeiro à contabilidade e ao controlo da gestão financeira da administração Central;
- Decreto-Regulamentar N.º 1/2007, de 15 de janeiro – Regulamenta o Fundo de Maneio;
- Decreto-regulamentar N.º 2/2007, de 15 de janeiro – Regulamenta a missão, Carreira e Recrutamento do Controlador Financeiro;
- Decreto-regulamentar N.º 3/2007, de 29 de janeiro – Regulamenta o Serviço Ordenador e o Ordenador Financeiro;
- Lei n.º 78/V/98, de 7 de dezembro, Lei de Enquadramento Orçamental;
- Lei n.º 5/VIII/2011, de 29 agosto – Altera a Lei N.º 78/V/98;
- Lei n.º 20/IX/2017, de 30 de dezembro – Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2018;
- Decreto-Lei n.º 1/2018 – Define as normas e os procedimentos necessários à execução orçamental ano económico de 2018;



Direção Geral

- Decreto-Lei n.º 26/2013 de 2 de julho – Estabelece o regime jurídico das deslocações, ajudas de custos e outros abonos a aplicar aos deslocados em serviço público no território nacional e ao exterior;
- Decreto n.º 204/91, de 30 de dezembro – Tabela de Ajudas de Custo;

AUDITORIA FINANCEIRA

- Contexto nacional da auditoria;
- Normas Internacionais de Auditoria (ISA), e Normas Internacionais de Controlo de Qualidade (ISQC);
- Aspectos Gerais da Auditoria;
- Avaliação do Risco e Resposta aos Riscos Avaliados;
- Prova de Auditoria;
- Uso dos Trabalhos de Terceiros;
- Conclusões de Auditoria e Relato;
- Áreas especializadas;
- Casos práticos de resolução.

AUDITORIA NO SECTOR PÚBLICO

- Conceito, âmbito e fundamentos;
- Normativo Internacional - INTOSAI
- Princípios Básicos em Auditoria Pública;
- Normas gerais em auditoria pública, e normas com relevo ético;
- Normas de relato em auditoria pública

AUDITORIA INTERNA

- Conceito e Âmbito da Auditoria Interna;
- A Avaliação dos Processos de Gestão de Risco;
- Avaliação do Controlo Interno - Técnicas e Tipos de Controlo Interno;
- Normativos da Auditoria Interna;
- Modelos de Controlo Interno (COSO – ERM);
- As limitações da Auditoria Interna.

SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA E DE RELATO FINANCEIRO

- Decreto-Lei n.º 5/2008 de 4 de fevereiro - Sistema de Normalização Contabilística e Financeiro
- Portaria Nº 49/2008 – Código de Contas do SNCRF
- Normas de Relato Financeiro - Despachos Normativos (todos) publicados no BO I Série n.º 48 de 29 de dezembro de 2008;
- O IASB e a Harmonização Contabilística Internacional.

J. J. J. J.

CONTABILIDADE PÚBLICA

- Conceitos, Objeto e Objetivos
- Enquadramento da Reforma da Administração Financeira do Estado
- Organismos e Serviços públicos
- Receitas e Despesas públicas
- Orçamento do Estado
- Orçamentos dos Serviços
- Orçamento por Atividades
- Orçamentos Privativos
- Realização de Despesas
- Elaboração e Apresentação de Mapas de Execução Orçamental
- Elaboração e Apresentação da Conta Geral do Estado

DÍVIDA PÚBLICA

- Decreto-Lei n.º 59/2009 – Regime jurídico dos bilhetes do Tesouro;
- Decreto-Lei n.º 60/2009 – Regime Jurídico das obrigações do Tesouro;
- Portaria n.º 30/2013 – Custódia dos títulos da dívida pública do Estado de Cabo Verde;
- Instrução da DGT n.º 1/2013 – Emissão de Bilhetes do Tesouro;
- Instrução da DGT n.º 2/2013 – Emissão de Obrigações do Tesouro;
- Fundo Monetário Internacional – Limites da Sustentabilidade da Dívida (Debt Sustainability Framework for Low Income Country).

TESOURARIA DO ESTADO

- Decreto-Lei n.º 10/2012 – Regime Jurídico da Tesouraria do Estado;
- Decreto-Lei n.º 28/2012 – Documento Único de Cobrança;
- Decreto-Lei n.º 29/98 – Normas e procedimentos relacionados com a gestão do sistema de pagamentos e recebimentos dos organismos que gerem os recursos do Estado.

FISCALIDADE

- Ordenamento jurídico fiscal;
- Administração fiscal;
- Procedimento Tributário;
- Benefícios Fiscais;
- Contencioso Fiscal (Processo Tributário e Execuções Tributárias);
- Decreto-Lei n.º 41/2015, de 27 de agosto - Regime da Inspeção Tributária;
- Decreto-Legislativo n.º 3/2014, de 29 de outubro - Regime Jurídico das Infrações Tributárias não Aduaneiras;
- Lei Nº 78/VIII/2014, de 31 de dezembro – IRPS;

juj d'aveles

Direção Geral

- Lei N° 82/VIII/2014, de 8 de janeiro – IRPC.
- Lei n. °81/VIII/2014 de 8 de janeiro – Altera o código do imposto sobre o valor acrescentados, bem como o código do imposto de selo
- Decreto-lei n. °6/2015 – Regime de retenção na fonte
- Fiscalidade Internacional – Convenções para evitar a dupla tributação e a evasão fiscal

SOCIEDADES COMERCIAIS

- Conceito de Sociedade Comercial;
- Tipos de Sociedades;
- Constituição de Sociedades;
- Estruturas de Governação;
- Estruturas de Fiscalização;
- Apreciação anual da situação da sociedade;
- Deliberações Sociais;
- Alterações do contrato e sociedade (Fusões, cisões, transformações, dissolução e liquidação);
- Alterações do Capital Próprio.

Tribunal de Contas, Sito na Cidade da Praia, aos 24 de junho de 2019

A Diretora Geral,



Direção Geral

/Marta Moreira Lopes Neves/